


A proposta de redesenho curricular nas premissas do programa PNEM

Maria Cibelle Moreira de Araújo ⁱ 

Secretaria de Educação Básica do Ceará (SEDUC), Moraújo, CE, Brasil

Eliete de Castro Cordeiro ⁱⁱ 

Secretaria de Educação Básica do Ceará (SEDUC), Juazeiro do Norte, CE, Brasil

1

Resumo

A pesquisa investigou sobre a proposta de redesenho curricular nas premissas do Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio (PNEM), programa que traz, no seu escopo, elevar a qualidade do ensino médio em nosso país através da formação continuada de professores e do redesenho curricular. Quanto aos procedimentos, optamos pela pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa. Depreende-se, a partir do estudo feito sobre o Programa Pacto, que se faz necessário um estudo mais aprofundado a fim de construir novas alternativas, perspectivas e olhares sobre o processo de parceria por um fortalecimento do ensino médio, compreendendo os limites e as possibilidades. Urge, então, a necessidade de uma revisão dessa extinta política pública no intuito de analisar com solitude suas peculiaridades, com vistas a subsidiar uma educação de qualidade e inclusiva no Ceará.

Palavras-chave: Formação de professores. Redesenho curricular. Ensino Médio.

The proposal for curriculum redesign on the premises of the PNEM program

Abstract

The research investigated about the proposed curriculum redesign in the premises of the National Pact for Strengthening Secondary Education (PNEM), program that brings, in its scope, to raise the quality of high school in our country through the continuing education of teachers and curriculum redesign. As for the procedures, we opted for the bibliographical research, with a qualitative approach. Can be understood, from the study carried out on the Pact Program, that further study is needed in order to build new alternatives, perspectives and looks on the partnership process for strengthening high school, understanding the limits and possibilities. Therefore, there is an urgent need for a review of this extinct public policy in order to fully analyze its peculiarities, with a view to subsidizing quality and inclusive education in Ceará.

Keywords: Teacher training. Curricular redesign. High school.

1 Introdução

A pesquisa proposta investiga sobre o Pacto Nacional Pelo Fortalecimento do Ensino Médio- PNEM, programa instituído por meio da portaria nº 1.140, de 22 de novembro de 2013, que traz como premissas básicas: a articulação de estratégias e ações entre a união e os estados a fim de construir políticas públicas, programas e projetos voltados para o ensino médio brasileiro, para isto, busca construir uma discussão sobre o currículo e identidade do Ensino Médio em território nacional.

2

O Pacto pelo Ensino Médio tem como proposta de trabalho, de acordo com o seu documento orientador, elevar o padrão de qualidade do ensino médio no Brasil, por meio de duas ações básicas: a formação continuada de professores e o redesenho curricular por meio do Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI). O segundo tendo sido iniciado com a criação coletiva e consultiva de uma Base Nacional Curricular Comum (BNCC).

Assim, apesar dessa política pública não ter tido continuidade, urge a necessidade de uma análise desse programa com vistas a contribuir para uma melhoria na qualidade do Ensino Médio, já que tem como um dos focos, a formação de professores.

2 Metodologia

A investigação deu-se a partir da pesquisa bibliográfica, com o levantamento de informações sobre essa política pública implementada no âmbito da educação no estado do Ceará, cuja consulta realizou-se através, de livros, revistas, resenhas, artigos e nas diferentes bases de dados: Scientific electronic, library online (SciELO), Domínio Público, Portal Periódicos Capes e Google academic. Vale destacar que:

A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Essa vantagem torna-se particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço. (GIL, 2012, p. 04).

No entanto, cabe ao pesquisador o uso do bom senso ao realizar a pesquisa com a utilização de fontes secundárias para não haver dados equivocados durante a coleta das informações.

De natureza qualitativa, a investigação propôs uma análise sobre a proposta de redesenho curricular nas premissas do Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio no Ceará.

3

3 Resultados e Discussões

Ao tomar como base referencial a história do Brasil, logicamente no que se refere à educação, pode-se observar nesta, diversos aspectos fundamentais para a mudança de postura em relação ao ensino de história. Essa mudança de postura, que implica profunda ruptura com antigos esquemas que já existiam, e adequação a uma nova realidade. Tudo, ao que se pode observar, é fruto da percepção dos profissionais das necessidades dos estudantes, sejam intelectuais ou sociais.

Pode-se destacar a situação da ausência cada vez mais perceptível da figura do submisso – educando – e do subordinador – professor – sendo que esta segunda figura esteve, no passado, ligada ao domínio do conhecimento, à posse dos saberes e este segundo personagem associado à imagem de recipiente vazio, sem precedente cultural ou histórico que a dessem qualquer tipo de saber, ou como alguns educadores colocavam “folha em branco” (Freire, 1999).

Desta maneira, pode-se colocar que o molde de fazer educacional em história, que foi usado no país ao longo de muito tempo, adotava uma postura de metodologia de negar o que o outro possui, de forma enfática, seu saber, e implantar um sistema de educação onde o conhecimento que o professor pode ensinar ou transmitir é o aspecto mais importante (Stigar; Schuck, 2005).

A lógica tecnoburocrática ali presente, embora assumindo um viés autoritário explícito, não fazia mais do que acompanhar uma tendência geral das sociedades contemporâneas. Pressionadas pelas necessidades imediatas de uma civilização cada vez mais apoiada nas Ciências Naturais e nas tecnologias delas decorrentes, tanto as humanidades quanto as Ciências

Humanas perderam o prestígio e o espaço que detinham na sociedade e na escola. (BRASIL, 2000, p. 07)

Quando tomada a escola técnica dos anos 70, como uma das tendências pedagógicas do Brasil, pode-se perceber, que durante muito tempo foram vivenciados apenas três modelos de educação. O primeiro com a finalidade de fazer o repasse dos saberes, o segundo como forma de modelar as mentes dos estudantes para um perfil ideal e um terceiro, que ainda se processa nos dias de hoje, com a função de educar para a insubmissão, de mudar o que foi consolidado com as duas primeiras tendências.

Desses dois primeiros modelos, cabe destacar, o que se tem é uma transmissão simples do saber, que muitas vezes não se efetiva, ou uma decoração simples dos conteúdos, para as arguições, e que com o passar do tempo se tornam esquecidas. O que toca ao militarismo é uma educação de faz de contas, onde os educandos são trabalhados apenas para o servir, e não para o ser em sociedade.

A crítica feita é contra um tipo de memorização mecânica, do “saber de cor”, da pura repetição, e não contra o desenvolvimento da capacidade intelectual de memorizar. “[...] Reside neste ponto, ou seja, na confusão entre a memorização mecânica e a memorização consciente, a necessidade de particularizar a crítica contra esse método de aprendizagem” (BITTENCOURT, 2004, p. 71).

Assim, requer que seja compreendido o que cada uma representa no discurso e prática, para que se possa ver como estas vão mudar a postura não apenas de ver a educação, mas também de buscar configurar a sociedade, na sua atomização, que é o ser humano, que por sua vez a constitui em suas relações com os demais. Desta maneira, pode-se destacar que, durante algum tempo, se deu um embate entre a escola que se tinha, tradicional, a que se desejava e a escola libertadora.

Com isso, pode-se dizer que a educação no Brasil caminhou por veredas tortuosas desde o início, sendo na maioria das vezes reservada a uma elite dominante e totalmente exploradora, sempre esteve voltada a estratificação e

dominação social, e pouco atentou para as mudanças e melhorias do sistema educacional e da sociedade.

Houve tentativas, mediante formas de resistência de professores até mesmo em espaço do poder institucionalizado, mas pouco se realizou, na prática, para a efetivação de um ensino não mais voltado para a formação de elites, mas para um conjunto social amplo em luta por direitos de cidadania (BITTENCOURT, 2004, p. 84).

5

Esteve arraigada por diversos séculos em nossa sociedade, e isso pode ser dito ainda nos dias atuais, pois ainda se verifica em muitos lugares Brasil afora, a concepção de dominação cultural de uma parte minúscula da mesma, se configurado na ideia básica de que o ensino era apenas para alguns, e por isso os demais não precisariam aprender (STIGAR; SCHUCK, 2005, p. 02).

Como superar esta postura positivista de gerir a sociedade, uma vez que compreendemos ser a educação um mecanismo através do qual uma sociedade se organiza? A resposta é simples, mas requer uma análise clara, através da educação. Este modelo não negaria o anterior, mas faria a ele um contraponto, que funcionaria em essência como promotor da concordância e garantiria a integração de todos os indivíduos no corpo social, e ainda, em pé de igualdade. Mas isso, virtualmente, não acontece tão facilmente.

A sociedade como sendo essencialmente marcada pela divisão entre grupos ou classes antagônicas que se relacionam à base da força, a qual se manifesta fundamentalmente nas condições de produção da vida material. Nesse quadro a marginalidade é entendida como um fenômeno inerente à própria estrutura da sociedade (SAVIANI, 2003, p. 04).

Sabe-se o quanto é difícil mudar uma parcela da educação, o que se diria de promover uma mudança na estrutura social, que implica diretamente em busca por mudança das mentalidades estabelecidas anteriormente e fruto de uma configuração de muitos anos. Muitos teóricos apontam possíveis soluções para esta problemática, mas a realidade é que esta implica em transformações políticas, o que faz com que a educação necessite de criticidade, o que a configura como disciplina politizante.

Assim, o currículo é a base da ação do professor, pois, é sobre ele que o professor se debruçará e fundamentará a sua ação em sala de aula, fortalecendo prática, estabelecendo métodos e focando no que realmente é importante para uma formação de qualidade e para o exercício social do uso do conhecimento adquirido em sala de aula para o bem comum.

Diante do ritmo acelerado de produção de conhecimento, não dá para simplesmente acrescentar tópicos ao campo “conteúdo programático” no momento de planejamento visando ampliar o currículo. A escola precisa investir e colaborar na promoção da autonomia intelectual do aluno partindo do currículo escolar e chegando aos saberes essenciais e necessários para sua construção. Se o aluno fica mais autônomo, tem condições de continuar aprendendo além dos muros da escola e buscar o conteúdo que não foi trabalhado no currículo escolar se tiver necessidade ou interesse pessoal (WALDHELM, 2013, p 42).

A partir do Pacto do Ensino Médio, o que se tem é um currículo que se comprometeu e levar o educando a compreender fenômenos e processos que permitem, quando efetivamente aprendidos, fazer extrapolações e agregar outros conceitos mais periféricos. Essa nova postura instrumentaliza o educando para o enfrentamento de questões contemporâneas como as relativas ao impacto das produções da tecnologia e ciência, suas implicações éticas, discussões ambientais e outras, importantes para a vida cidadã.

Mais que ensinar o desafio hoje é levar o aluno a aprender a aprender. Isto implica propor situações de aprendizagem que mobilizem e ampliem as competências/habilidades – recursos cognitivos- que levem o aluno a aprender a comparar, interpretar, classificar, analisar, sintetizar, discutir, debater, descrever, esquematizar, opinar, julgar, fazer generalizações, analogias, diagnósticos etc., em diferentes disciplinas, conteúdos e contextos (WALDHELM, 2013, p. 03).

Dentro de uma perspectiva do Pacto do Ensino Médio, é importante que escola e professores não tenham medo de investir em situações diversificadas de aprendizagem, ainda que sejam trabalhados menos conceitos no ano letivo. Se o aluno fica mais autônomo, tem condições de continuar aprendendo além dos muros

da escola e buscar o conteúdo que não foi trabalhado no currículo escolar se tiver necessidade ou interesse pessoal, isso enriquece de forma significativa o currículo.

Embora as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (2011) e o parecer sobre as Novas Diretrizes para o Ensino Médio (2011) tenham omitido o conceito de competências, na avaliação que propõe, por exemplo o ENEM e suas matrizes referenciais o enfoque nestes recursos cognitivos permanece. Diante disto, o protótipo em questão:

[...] orientado para o mundo do trabalho e para a prática social, toma como objetivos gerais todas as finalidades do ensino médio definidas pela legislação e, entre outras referências, utiliza os eixos cognitivos do ENEM para detalhar os objetivos de aprendizagem orientadores dos componentes curriculares e de seus projetos e atividades (UNESCO 2013, p.198).

Assim, o ensino médio foca no preparo do educando para o mercado de trabalho, e seu currículo reflete, a partir do Pacto, esse objetivo claro de formação. Em linhas gerais o educando pode continuar seus estudos após o ensino médio, e focar em mercados que exigem o ensino superior, ou, de outra forma, focar em cursos técnicos e profissionalizantes em nível médio e se encaixar nesses nichos, e, ainda, usar o conhecimento médio adquirido para trabalhos diversificados no meio social onde vide.

De todas as formas, o que se verifica é que o ensino médio tem um currículo que foca em competências e habilidades. As competências, dentro do pacto, são vistas de forma mais ampla, ou seja, em uma ótica abrangente do aprendizado e uso do conhecimento. As habilidades possuem foco, o que faz com que os saberes que elas trazem ao educando, sejam direcionados para práticas específicas de uso do conhecimento.

O que se percebe é que a partir do pacto, o foco maior está centrado na construção de saberes pontuais e que permitam ampliar, com autonomia, o conhecimento adquirido. A escola, no uso do currículo, vem ajudar a ampliar os saberes e a autonomia dos educandos na medida em que atenta em propor situações de aprendizagem diversificadas, que mobilizem as competências e

habilidades esperadas e conceitos disciplinares selecionados para aquele nível de ensino.

Com essa propositura de currículo, não basta pensar no conteúdo conceitual a ser trabalhado. Os objetos de aprendizagem a serem contemplados nas ações curriculares incluem também competências e habilidades. Ao planejar aulas/projetos ou outras situações didáticas, é preciso lembrar que a atividade deve estar coerente com a competência/habilidade focada e não apenas o (s) conteúdo (s). Nas aulas de Biologia, por exemplo, a competência de ler e interpretar gráficos pode ser desenvolvida em aulas que trabalhem ecologia, enzimas, calor, crescimento bacteriano dentre outras. Já no ensino de Geografia, a mesma competência pode ser ampliada em atividades com leitura/interpretação de gráficos demográficos, por exemplo. No texto do Protótipo (UNESCO, 2013) encontram-se orientações mais específicas a respeito das estratégias de ensino-aprendizagem, e é este protótipo em que foca o Pacto.

Deste modo, observa-se que, a partir do Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio, o que se tem é um currículo que visa, para além do conteúdo, desenvolvimento de habilidades e competências, favorecendo no educando uma autônima que permita ampliar o conhecimento trabalhado em sala de aula e esse pode ser visto como o grande diferencial do ensino médio na atualidade.

A formação humana integral é pensada no sentido de superar a ideia de que os conteúdos do EM devam ser voltados exclusivamente para a provação em vestibulares e ENEM, ou até mesmo um instrumento de formação específico para o mercado de trabalho. Considerando também neste processo, a competência técnica e compromisso ético, permitindo o desenvolvimento de todas as potencialidades do indivíduo, por meio de um processo educacional que considere a formação científica, tecnológica, política, estética, emancipadora. Partindo deste princípio, esta perspectiva de formação sugere,

[...] superar o ser humano dividido historicamente pela divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar. Trata-se de superar a redução da preparação para o trabalho ao seu aspecto operacional, simplificado, escoimado dos conhecimentos que estão na sua

gênese científico-tecnológica e na sua apropriação histórico social. Como formação humana, o que se busca é garantir aos adolescentes, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente a sua sociedade política. (CIAVATTI, 2005, p. 85)

9

Nesta perspectiva, é preciso construir um currículo com conhecimentos que compreendam o trabalho como princípio formativo e não como finalidade, superando a visão globalizada da educação mercadológica, isto implica num esforço de superar a compreensão das expectativas de aprendizagem a partir de um viés individualistas e centrado no resultado.

Ao tratar da construção unificada de um currículo com base comum em território nacional, é preciso considerar que este não é apenas um mero instrumento da educação, mas um artefato cultural e social, como assim descreveu Moreira (1997), cuja configuração está atrelada as formas de organização e interesse da educação e da sociedade, permeados pelas relações de poder, controle social e de eficiência, dentre outras perspectivas. Assim o currículo não é um elemento neutro e inocente e pode ser restringido ao caráter tecnicista e tradicional, este traz no seu cerne questões sociológicas, culturais, epistemológicas e política.

Construir um Base Nacional curricular Comum, por meio de um redesenho curricular apresenta-se como outro aspecto a ser construído com o pacto, questão esta, que desde a Constituição Federal de 1988, no art.210, já vem sendo pensada com o intuito de alinhar os conteúdos e a orientação da proposta político pedagógica das escola, sendo que tal processo acontecerá por meio de discussões e construído com todos que fazem parte do processo de ensino- aprendizagem. A ideia proposta nos cadernos de formação do pacto é compreender o que é necessário trabalhar em cada área de estudo do eixo comum: Linguagens e Códigos, Ciências Humanas, Matemática e Ciências da Natureza, além de pensar também a parte diversificada. No artigo 26, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN), deixa claro que,

Art. 26 - Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas

características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela (LDBN, 1996, capítulo II).

As Diretrizes Nacionais Curriculares se constituem base de detalhamento dos conteúdos a serem estudados, sendo o ponto de partida para a construção da Base Nacional Curricular Comum, que ultimamente vem sendo evidenciada a necessidade da construção da mesma por setores da sociedade civil e por instituições educacionais, tal fato está indicado no Plano Nacional da Educação (PNE) e nas Conferências Nacionais da Educação.

Os embasamentos legais fundamentam a construção da Base Nacional Comum que só será possível de construção com a participação de toda a sociedade brasileira, onde o pacto propõe que seja consultiva, haja uma coleta de dados, informações, onde todos que estejam envolvidos no processo de educação contribuam ao seu modo com um redesenho do currículo, em especial, do ensino médio brasileiro, capaz de atender as diversas demandas desta modalidade.

Apesar de ser citada como premissa básica no pacto, a construção da BNCC não se inicia com este política educacional, ao passo que no ano de 2009 com o lançamento do Programa Currículo em Movimento pelo MEC, onde várias discussões já estavam acontecendo em torno de novas propostas curriculares, inclusive alguns estudos e levantamentos já haviam sido realizados com o objetivo de criar uma base nacional curricular. Assim como foi mencionado anteriormente esta pauta voltou a cena em 2014 quando o PNE foi finalizado.

4 Considerações finais

Cabe destacar que o estudo proposto sobre o pacto não se atem a apresentá-lo como uma solução dos problemas oriundos do ensino médio, mas a busca de compreender uma modalidade de ensino desafiadora, produzir novos discursos e olhares sobre os jovens estudantes e a construção de uma base curricular unificada em território nacional; além de buscar compreender como as formações de

professores vem de encontro com esta perspectiva, construindo um diálogo que aproxime aluno e professores da realidade e do fazer escola.

Assim, urge a necessidade de um repensar sobre as políticas públicas implementadas em nosso país, para que possam ser avaliadas no intuito de que, se exitosa, possam ter continuidade. No caso do PACTO, se faz necessário ser compreendido e estudado a fim de construir novas alternativas, perspectivas e olhares sobre o processo de pactuação por um fortalecimento do ensino médio, compreendendo os limites e as possibilidades.

11

Referências

BITTENCOURT, Circe Maria F. Conteúdos e métodos de ensino de História: breve abordagem histórica. In: **Ensino de História: Fundamentos e Métodos**. São Paulo, Cortez, 2004.

CIAVATTA, M. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (org.). **Ensino Médio integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Tradução de Moacir Gadotti e Lílian Lopes Martin. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

GIL, Antônio Carlos. **Como classificar as pesquisas?** Disponível em www.ngd.ufsc.br/files/2012/04/ric_CLASSIFICAPESQUISAGIL.doc. Acesso em: 16 maio 2021.

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL. **LEI No 9.394 de 20 de Dezembro de 1996, Capítulo II - Da Educação Básica, Seção I - Disposições Gerais**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2017.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia: teorias da educação, curvatura da vara**. 32ª ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

STIGAR, Robson; SCHUCK, Neivor. **Refletindo sobre a História da Educação no Brasil**. Disponível em: <http://www.opet.com.br/artigos/pdf> Acesso em: 16 dez. 2018.

WALDHELM, Mônica **Currículo de Ensino Médio Orientado para o Trabalho e Demais Práticas Sociais: Reflexões, Implicações e Possibilidades**. Rio de Janeiro: UNESCO, 2013.

ⁱ **Maria Cibelle Moreira de Araújo**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2857-6477>

Secretaria de Educação Básica do Ceará (SEDUC); Universidade Estadual do Ceará (UECE). Professora de sociologia da rede estadual de ensino do Ceará; Mestra em Planejamento e Políticas Públicas (UECE); pós graduada em gestão de organizações sociais (UVA) e Graduada em Ciências Sociais (UVA).

Contribuição da autora: pesquisa, leitura e escrita.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8187339659270170>.

E-mail: cibellesocial@hotmail.com

ⁱⁱ **Eliete de Castro Cordeiro**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3758-9539>

Secretaria de Educação Básica do Ceará (SEDUC); Secretaria Municipal de Educação de Juazeiro do Norte (SEDUC); Universidade Estadual do Ceará (UECE).

Professora da Rede de Educação Estadual do Ceará e Rede Municipal de Juazeiro do Norte; Mestra em Planejamento e Políticas Públicas (UECE), pós-graduada em História e Sociologia (URCA) / Gestão Escolar e formação de professores (FJN/UNIJUAZEIRO) e graduada em História (URCA).

Contribuição da autora nessa pesquisa: leitura e escrita.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2706835848164642>.

E-mail: elietedecastro@yahoo.com.br

Editora responsável: Karla Colares Vasconcelos

Como citar este artigo (ABNT):

ARAUJO, Maria Cibelle Moreira de; CORDEIRO, Eliete de Castro. A proposta de redesenho curricular nas premissas do programa PNEM. **Ensino em Perspectivas**, Fortaleza, v. 2, n. 2, 2021.